CAMINHOS DA HISTÓRIA DAS MULHERES: ENTRE FATORES POLÍTICOS, SOCIOLÓGICOS E HISTORIOGRÁFICOS

Ana Clara do Carmo Clemente
Mestranda em Educação e Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Resumo: O presente artigo analisa a emergência e a consolidação da História das Mulheres na historiografia brasileira entre as décadas de 1970 e 1990. A partir da articulação entre fatores políticos (relacionados à segunda onda do feminismo e à resistência à Ditadura Civil-Militar), sociológicos (a expansão da presença feminina nas universidades) e científico-historiográficos (novas perspectivas que surgiam na escrita da história) (Perrot, 2019; Scott, 2011), o estudo examina a transição das abordagens essencialistas para investigações focadas na agência feminina e no cotidiano. Destacam-se as obras *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (Dias, 1984) e *Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (Rago, 1985)* e a recepção da categoria de gênero (Scott, 1995) nos anos 1990, que mobilizou novos debates teóricos e conceituais para o campo da História das Mulheres. Por fim, o texto sublinha a relevância do campo para a memória dos feitos das mulheres, bem como instrumento de reafirmação dos direitos das mulheres no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: História das Mulheres; História da Historiografia; Brasil.

Recebido em: julho, 2026. Aceito em: outubro, 2026
DOI: 10.56069/2676-0428.2026.867
Territórios do Saber: Pesquisa, Cultura e Contemporaneidade
Novembro, 2026, v. 3, n. 44
Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional
ISSN: 2676-0428

PATHS IN WOMEN'S HISTORY: BETWEEN POLITICAL, SOCIOLOGICAL AND HISTORIOGRAPHICAL FACTORS

Abstract: This article analyzes the emergence and consolidation of Women's History in Brazilian historiography between the 1970s and 1990s. Based on the articulation of political factors (related to second-wave feminism and resistance to the Civil-Military Dictatorship), sociological factors (the growing presence of women in universities), and scientific-historiographical factors (new perspectives emerging in historical writing) (Perrot, 2019; Scott, 2011), the study examines the transition from essentialist approaches to investigations focused on female agency and everyday life. It highlights the works Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX (Dias, 1984) and Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (Rago, 1985), as well as the reception of the category of gender (Scott, 1995) in the 1990s, which spurred new theoretical and conceptual debates in the field of Women's History. Finally, the text emphasizes the relevance of the field to the memory of women's achievements, as well as an instrument for reaffirming women's rights in the contemporary scenario.

Keywords**:** Women's History; History of Historiography; Brazil.

CAMINOS DE LA HISTORIA DE LA MUJER: ENTRE FACTORES POLÍTICOS, SOCIOLÓGICOS E HISTORIOGRÁFICOS

Resumen: Este artículo analiza la aparición y consolidación de la Historia de la Mujer en la historiografía brasileña entre los años 70 y 90. Basado en la articulación de factores políticos (relacionados con el feminismo de la segunda ola y la resistencia a la dictadura civil-militar), factores sociológicos (la creciente presencia de mujeres en las universidades) y factores científico-historiográficos (nuevas perspectivas que surgen en la escritura histórica) (Perrot, 2019; Scott, 2011), el estudio examina la transición de enfoques esencialistas a investigaciones centradas en la agencia femenina y la vida cotidiana. Destaca las obras Quotidiano e poder em São Paulo no siècle XIX (Dias, 1984) y Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (Rago, 1985), así como la recepción de la categoría de género (Scott, 1995) en los años 90, que impulsó nuevos debates teóricos y conceptuales en el campo de la Historia de la Mujer. Finalmente, el texto enfatiza la relevancia del campo para la memoria de los logros de las mujeres, así como un instrumento para reafirmar los derechos de las mujeres en el contexto contemporáneo.

Palabras clave: Historia de la Mujer; Historia de la Historiografía; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A História das Mulheres, enquanto um campo de estudos históricos voltado para a agência feminina, emergiu na segunda metade do século XX. Contudo, a relação entre as mulheres e a história precede tal sistematização acadêmica, visto que as mulheres já pensavam sobre seu papel como sujeitos pertencentes à história e participavam da construção da memória coletiva (Lerner, 2019), ainda que seus feitos e escritos tenham sido silenciados por uma ordem social e epistemológica centrada na figura masculina. Reconhecer essa anterioridade é importante para compreender que o campo não inaugurou a presença das mulheres na história, mas possibilitou uma visibilidade acadêmica a uma relação que já existia.

Essa organização social que priorizou a figura do homem permaneceu ativa durante o processo de disciplinarização da história no século XIX, limitando a narrativa histórica a assuntos majoritariamente políticos e à "história dos grandes homens". Ainda que tenham existido produções sobre o papel das mulheres na história e em sua escrita, foi apenas após a década de 1960 que ocorreu a consolidação desse campo de estudos, com início nas redes acadêmicas dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra (Perrot, 2019).

Levando em conta a própria historicidade do campo, Michelle Perrot (2019) afirma que a História das Mulheres emergiu a partir da confluência de três elementos: (1) *fatores científicos*, relacionados à própria dinâmica da escrita da história ocorrida durante e após a terceira geração dos Annales, com a inclusão de novos temas, personagens, teorias e abordagens interdisciplinares; (2) *fatores sociológicos*, associados principalmente à crescente presença feminina nas universidades; e (3) *fatores políticos*, influenciados pelo movimento feminista (Perrot, 2019, p. 19-20).

Joan Scott (2011) também aponta para a complexidade da relação entre a História das Mulheres e a política - especificamente o movimento feminista. Segundo a historiadora, existem narrativas que pressupõem uma linearidade evolutiva entre o ativismo feminista e a especialização acadêmica, sugerindo que, após a consolidação do campo, houve um afastamento entre a historiografia e a esfera política. Nessa perspectiva, tais narrativas acabam cometendo um

reducionismo pois ignoram a própria dinâmica da historiografia, assim como seus debates. Em contraponto, para Scott (2011), a análise da História das Mulheres deve levar em conta “a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história” (p. 67) - ou seja, é preciso articular as três dimensões, sem subordinar umas às outras.

Embora formuladas por autoras vinculadas a perspectivas europeias e estadunidenses, as reflexões anteriores servem como ponto de partida para o nosso questionamento: considerando os fatores elencados por Perrot (2019) e as ponderações de Scott (2011), como emergiu a História das Mulheres na historiografia brasileira? Partimos da premissa de que a emergência do campo no Brasil esteve articulada ao feminismo, à consciência histórica das mulheres, à sua inserção social e aos movimentos internos da própria historiografia. Entretanto, nos interessa discutir de forma mais aprofundada o fator científico – também compreendido como um fator historiográfico – e as primeiras obras e propostas teóricas do campo.

Para organizar tal discussão, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, reunimos os fatores políticos e sociológicos que incidiram sobre a emergência da História das Mulheres no Brasil. Na segunda, aprofundamos o fator científico-historiográfico, examinando as bases teóricas e temáticas que sustentaram o surgimento do campo. Na terceira parte, acompanhamos os desdobramentos desses fatores na História das Mulheres, analisando as obras fundadoras do campo, suas discussões e abordagens, bem como as discussões propiciadas pela formulação da categoria de gênero na década de 1990.

2 OS *FATORES POLÍTICOS* E *SOCIOLÓGICOS* PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES: ALGUNS APONTAMENTOS

A origem da segunda onda feminista no Brasil é alvo de disputas. Ainda que o ano de 1975 tenha marcado a oficialização do movimento feminista no país - sobretudo por ter sido designado como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) -, não podemos ignorar a existência de

organizações anteriores na luta pelos direitos das mulheres. As contestações a respeito de 1975 como marco fundador da segunda onda feminista no Brasil foram aprofundadas por Joana Maria Pedro (2006) a partir de depoimentos de mulheres que, antes desse período, já promoviam reuniões para questionar o patriarcado, compartilhar suas experiências e discutir obras sobre o movimento feminista que foram traduzidas para o português. Nesse sentido, reconhecemos a importância dessas "outras origens" que, antes de 1975, já compunham as bases do movimento feminista e influenciaram a institucionalização de grupos feministas em meados dos anos 1970.

Diante disso, podemos afirmar que a segunda onda feminista no Brasil ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. Originou-se antes e, principalmente, no decorrer da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), atrelada a uma realidade de repressão e de luta pelos direitos humanos. Nesse sentido, o estudo sobre o feminismo no Brasil deve levar em conta essa especificidade que o diferencia da luta feminista em outros países, como argumenta Céli Regina Pinto (2003):

> Tínhamos, portanto, na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá na virada para a década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista. As características que tomou nos dois hemisférios estão intimamente ligadas a esses cenários. Ao enfatizar essas diferenças, não é meu objetivo fazer uma análise comparativa, mas chamar a atenção para as condições específicas em que nasce o feminismo brasileiro e os efeitos que estas terão no seu desenvolvimento [...] (p. 43).

Com base nesse cenário, torna-se fundamental compreender que as ditaduras da América do Sul, "além de serem antidemocráticas [...] foram antifeministas" (Pedro, 2010, p. 117). No Brasil, portanto, a emergência da ação feminista esteve articulada à resistência cotidiana contra a repressão autoritária.

O feminismo organizado que emergiu no período esteve majoritariamente vinculado a mulheres que pertenciam a uma classe social privilegiada e que tiveram a oportunidade de estudar fora do Brasil ou as que recorreram ao exílio na Europa ou nos Estados Unidos. Quando retornaram para o país, trouxeram em sua bagagem o contato com o movimento feminista internacional - o que possibilitou novas perspectivas teóricas e leituras em grupos feministas de reflexão e de estudos (Pinto, 2003; Pedro, 2006). Esses espaços de diálogos

surgiram a partir do início dos anos 1970, promovendo a leitura de autoras como Simone de Beauvoir (1908-1986) e Betty Friedan (1921-2006), criando caminhos para que as mulheres ressignificassem suas vivências pessoais e políticas (Pedro, 2006). Um dos depoimentos que exemplificam essas trocas a partir das redes de reflexão é o de Maria Odila Leite da Silva Dias (1940-):

> Referindo-se ao grupo de reflexão de São Paulo, Maria Odila narra como foi sua identificação com o feminismo nos Estados Unidos. De acordo com ela, quando se divorciou, em 1968, foi para a Universidade Yale. Lá, embora estivesse preparando uma tese de doutorado sobre outro assunto, passou a se interessar pelo feminismo. Começou a comprar livros, a descobrir editoras. Quando voltou, passou a integrar o grupo de reflexão. Esse grupo era formado, também, por algumas pessoas [que] já haviam morado nos Estados Unidos. A maioria falava inglês e francês: "Era um grupo muito internacionalizado ... muita literatura francesa nessa época e muita americana, todo mundo trazia livros, todo mundo que viajava trazia livros, quando eu voltei vim com uma biblioteca de estudos..." (Pedro, 2006, p. 259).

Essa experiência de Maria Odila no grupo de reflexão ultrapassa o fator político. Anos depois, escreveu a obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), obra fundadora do campo da História das Mulheres no Brasil, como analisaremos posteriormente. Há, portanto, uma continuidade entre o pensamento e a ação feminista e a produção historiográfica dos anos 1980 que convém apontar.

As leituras e debates promovidos pelos grupos de conscientização reafirmam um movimento voltado para o questionamento e a mudança da percepção feminina sobre seu papel social, rompendo com ideias influenciadas pelo patriarcado. O feminismo, enquanto ação política, demonstra a importância de uma práxis feminista, na qual a tomada de consciência pelo estudo funcionava como forma de impulsionar as mulheres para a ação direta e para o questionamento das estruturas de poder nos espaços que ocupavam.

Paralelamente, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e na educação - principalmente nas universidades - forneceu a base material para que essa ação se ampliasse. Assim, junto aos *fatores políticos*, os *fatores sociológicos* se desdobraram como bases do surgimento do campo da História das Mulheres, pois a vida pública e as salas de aula começaram a ser ocupadas por uma geração de mulheres que buscavam instrução e liberdade, questionando o patriarcado que as cercava.

Gerda Lerner (2022, p. 31) argumenta que a exclusão das mulheres do sistema de ensino formal prejudicou “[s]ua autopercepção, a capacidade de conceituar a própria situação e a habilidade de imaginar soluções sociais para melhorá-la”. Nesse sentido, a desvantagem educacional feminina foi uma forma de se manter o status quo patriarcal e de se tentar controlar as mulheres. No caso brasileiro, embora o histórico de desvantagem educacional feminina seja extenso, cabe destacar a expansão do ensino superior no país a partir da década de 1960, marcada por uma maior presença de mulheres como estudantes e professoras universitárias (Pinto, 2003). E é a partir do questionamento, do pensamento crítico e do desenvolvimento de uma consciência individual e coletiva das mulheres que as relações entre os fatores sociológicos e educacionais se encontram com o feminismo, pois foi a partir da maior inserção feminina na educação que essas novas perspectivas puderam ser aprofundadas.

Os elementos discutidos ao longo desta seção demonstram como a ação política, o debate teórico e a presença das mulheres no ensino superior se entrecruzaram. Esse movimento reafirma que a educação e a emancipação se constituem como bases do feminismo, capazes de impulsionar transformações sociológicas e alterar a autopercepção feminina. Ademais, essa articulação também passou a tensionar o campo acadêmico.

3 O *FATOR CIENTÍFICO-HISTORIOGRÁFICO*: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL

A articulação entre feminismo, educação e inserção acadêmica das mulheres influenciou a sociedade. De forma adicional, tensionou também a epistemologia. Diva do Couto Gontijo Muniz (2015, p. 318) sublinha que “[n]ão se pode negar que o aporte teórico produzido pela crítica feminista, denunciando e expondo o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais, responde por mudanças e/ou deslocamentos nesses campos e dimensões”. A autora sustenta, assim, que a crítica feminista, além de denunciar o sexismo do saber constituído, influenciou também em sua reconfiguração. É esse movimento que bell hooks (2023, p. 42) identificou como

"uma das mais poderosas e bem-sucedidas intervenções do feminismo contemporâneo": a produção de uma escrita crítica feminista conjuntamente à visibilização de uma história das mulheres[1]. Especificamente na disciplina História, essa crítica epistemológica do feminismo se traduziu na reivindicação por uma escrita da história que levasse em conta os feitos femininos ao longo do tempo.

Desse modo, analisar o *fator científico* - podendo também ser compreendido como um *fator historiográfico* - nos exige examinar as abordagens, temas, métodos e autores e autoras que circulavam na historiografia brasileira. Assim, o estudo sobre como emergiu o campo da História das Mulheres deve levar em conta "[...] um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento" (Scott, 2011, p. 68).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a produção historiográfica no Brasil foi influenciada pela Ditadura Civil-Militar. Esse impacto se deu por vias como a censura e a perseguição a professores, pesquisadores e estudantes. Entretanto, isso não fez com que a escrita da história se tornasse estática ou refém do governo autoritário, pois, nesse mesmo momento, além da resistência política, houve uma expansão nas produções acadêmicas (Rago, 1999). Essa ampliação esteve majoritariamente vinculada a novas pesquisas voltadas para os sujeitos subalternizados e à incorporação de referenciais da História Social inglesa e das Ciências Sociais.

Em *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica* (1992), Carlos Fico e Ronald Polito analisam a história da historiografia brasileira dos anos 80. A partir de levantamentos sobre pesquisas, instituições, produções e congressos realizados no período, os autores destacam que a historiografia brasileira vivenciou um momento de profissionalização e de surgimento de novos objetos. Nesse cenário, a História Social impulsionou as pesquisas sobre movimentos sociais e populações marginalizadas. Ao analisar a composição desse campo em expansão, os autores sintetizam a distribuição das pesquisas nos seguintes termos:

[1] bell hooks (2023) não se refere aqui ao campo da História das Mulheres. Trata-se da recuperação de uma memória da agência feminina do passado. Entretanto, foi esse gesto que foi assumido como objetivo central da História das Mulheres enquanto campo de estudos.

> [...] Para efeito deste momento da exposição, estamos trabalhando com conceito amplo de História Social, que engloba estudos sobre estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, crianças, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam aproximadamente 150 trabalhos. Neste grupo, ao menos metade dos estudos gira em torno do movimento operario, grupos de trabalhadores, sindicatos e mundo do trabalho. Entre pesquisas com temáticas novas os números mais expressivos são das que tratam do cotidiano, da mulher, da família e da doença (Fico & Polito, 1992, p. 56).

A temática dos operários foi destacada principalmente a partir da obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* (publicada originalmente em 1963 e traduzida no Brasil na década de 1980), de E. P. Thompson (1924-1993), base teórica central para a consolidação da História Social no país e para a ruptura com leituras marxistas deterministas (Rago, 1999). Sua ênfase na "história vista de baixo" contribuiu para uma nova perspectiva sobre a classe trabalhadora. Com Thompson, o "fazer-se" veio a ser um horizonte analítico, no qual a classe e a cultura operária passaram a ser compreendidas como construções históricas constituídas nas experiências concretas dos sujeitos (Thompson, 1987).

Segundo Rago (1999), essa renovação estimulou as historiadoras e os historiadores a se distanciarem de esquemas rígidos e estruturantes, priorizando o cotidiano dos trabalhadores. Essa guinada impulsionou a produção nacional através de obras, como:

> [...] *Trabalho urbano e conflito industrial*, de Boris Fausto (Difel, 1977), *História do trabalho e da indústria no Brasil*, de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (Global, 1982), *Nem pátria, nem patrão*, de Francisco Foot Hardman (Brasiliense, 1983), *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar*, de Margareth Rago (Paz e Terra, 1985), *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chaloub (Brasilicnse, 1986), *A vida fora das fábricas,* de Maria Auxiliadora Guzzo Decca (Paz e Terra, 1987), entre outros (Rago, 1999, p. 77).

Nesse contexto, a experiência operária passou a ser investigada em sua complexidade na historiografia brasileira, alcançando os espaços para além dos locais de trabalho, como as áreas de lazer, o espaço doméstico e as redes de sociabilidade.

Marcada pelo "horizonte histórico da (re)democratização" (Sousa, 2017), a historiografia brasileira da década de 1980 também se debruçou sobre as urgências do seu próprio tempo. Como observam Fico e Polito (1992), "[...] as vicissitudes do mundo da política, a proeminência ou decadência de certos

sujeitos sociais - enfim, o nosso tempo presente - explicam certas opções temáticas" (p. 168). Nesse sentido, as investigações articularam-se às reflexões sobre a democracia no Brasil e seus diálogos com o marxismo, a exemplo dos trabalhos de Leandro Konder e de Carlos Nelson Coutinho - responsável por introduzir as leituras gramscianas no país - além do debate sobre o conceito de ideologia promovido por Marilena Chaui (Sousa, 2017).

Paralelamente, a historiografia nacional vivenciou uma abertura temática impulsionada pela História das Mentalidades, pelo Imaginário, pela Micro-História e pelo pós-estruturalismo (com ênfase em Michel Foucault), impulsionando os primeiros debates do giro linguístico (Cezar, 2015). Esse movimento incitou também questionamentos que vieram a ser aprofundados posteriormente sobre o próprio fazer histórico, ancorando-se em autores como Reinhart Koselleck (1923-2006), Walter Benjamin (1892-1940) e Michel de Certeau (1925-1986) (Cezar, 2015).

A obra de Michel de Foucault ganhou destaque nesse momento. Com o autor, rompeu-se com os sistemas de causalidade única e com as visões lineares da história (Dosse, 1992), atentando-se para o fato de que o poder circula nas relações sociais e, além de reprimir, fabrica sujeitos e saberes por meio de dispositivos disciplinares sutis - como a vigilância e a norma. A obra de Foucault representa, portanto, uma mudança no

> [...] universo mental e conceitual dos historiadores. Afirmando a positividade do poder, dos micropoderes que engendram individualidades, que produzem o real, classificam os corpos e normatizam os gestos; chamando a atenção para a materialidade do discurso e para sua dimensão de estratégia discursiva e prática instituinte; atentando para os modos de subjetivação e para a cultura de si, o filósofo desloca o sujeito da centralidade que ocupa no pensamento ocidental e abala nossos alicerces (Rago, 1999, p. 79).

Esse movimento deslocou a análise histórica da busca pelo poder centralizado para a investigação das redes de saber-poder e dos processos de subjetivação. A recepção de Foucault no Brasil foi de notável abrangência; Fico e Polito (1992, p. 130) registram que ele foi o autor de língua francesa com maior número de títulos e edições no país, sendo uma referência constante para a História Social. Essa abordagem alimentou estudos no Brasil, nos quais a microfísica serviu para examinar como o saber médico e as instituições atuavam

sobre os corpos, normatizando a sexualidade, o espaço urbano e a vivência feminina. Exemplos de trabalhos são os seguintes:

> [...] Do cabaré ao lar A utopia da cidade disciplinar (Paz e Terra, 1985), já citado, O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo (Paz e Terra, 1986), de Maria Clementina P. da Cunha, Sacralização da política, de Alcir Lenharo (Papirus, 1988), e Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (Brasiliense, 1989) (Rago, 1999, p. 80).

A historiografia do período também esteve concentrada na história nacional. Fico e Polito (1992, p. 53) indicam que cerca de 85% das teses e dissertações defendidas tratavam de História do Brasil. Como destaca Rago (1999), historiadoras e historiadores realizaram uma apropriação criativa dos quadros teóricos internacionais para compreender as especificidades e singularidades da realidade brasileira. Essa característica foi acompanhada pela expansão dos programas de pós-graduação e do mercado editorial. No entanto, Fico e Polito (1992) ressaltam uma lacuna: a reflexão teórica em si não constituía um campo autônomo consolidado, representando cerca de 1% das produções do período:

> Nos anos 80, conforme nossos levantamentos, foram produzidos cerca de 30 livros de alguma maneira relacionados com teoria, o que equivale a 1,0% do total. Mas é preciso destacar que, deste total, diversos são reedições da mesma obra e manuais de ensino universitário. Neste total também estão incluídos os livros de autores estrangeiros e muitas reedições. Ou seja, títulos efetivamente novos foram raros, como A miséria da teoria, de E. P. Thompson. Foram escritos 35 artigos e apenas 1 dissertação que abordam centralmente a Teoria da História como objeto (Fico & Polito, 1992, p. 159).

Dessa forma, cabe aqui identificar dois planos de análise importantes para compreendermos a historiografia do período. Como identificado, houve uma carência de trabalhos voltados à Teoria da História como campo; mas isso não significa que as pesquisas carecessem de fundamentação teórica ou conceitual de forma geral. Ainda que esse momento marque um certo “ecletismo” no uso das perspectivas teóricas e uma adoção de novos temas e objetos, não de uma revolução teórico-metodológica fundamentada de forma consistente (Fico & Polito, 1992), isso não anula o fato de que essas novas temáticas exigiram - e produziram! - deslocamentos relevantes, e que podem ser observados a partir da análise da História das Mulheres.

4 A HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: DAS OBRAS FUNDADORAS À CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO

Os primeiros estudos sobre mulheres no Brasil durante a década de 1970 emergiram predominantemente no campo das Ciências Sociais, a exemplo do estudo de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes* (1969) (Rago, 1995). Entretanto, tais perspectivas apresentavam limitações, pois estudavam as mulheres a partir de identidades essencializadas, apenas como vítimas do sistema capitalista, ignorando-as como participantes conscientes da história (Rago, 1995; 1999; Muniz, 2015). Embora esses trabalhos tenham fornecido quadros teóricos e temáticos para os primeiros estudos sobre mulheres, ainda não faziam parte do campo historiográfico. Isso não significa que estudos históricos sobre mulheres não existissem. Rachel Soihet (1998), por exemplo, iniciou suas pesquisas sobre as mulheres na década de 1970, mas relata as dificuldades enfrentadas:

> A tarefa não era das mais fáceis, já que no seio da história preponderava o desinteresse, no tocante às desigualdades entre homens e mulheres, na abordagem das diversas questões. Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subseqüentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão (Soihet, 1998, p. 77).

Havia, portanto, iniciativas pioneiras já na década de 1970, mas que se consolidaram na década seguinte, principalmente a partir dos estudos que levavam em conta a centralidade da experiência feminina na sociedade. Nesse momento, iniciou-se uma “segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres” (Rago, 1995, p. 82) que, além de estarem oficialmente inseridas na disciplina da História, também superaram as análises anteriores que enclausuravam as mulheres numa perspectiva determinista.

Segundo Margareth Rago (1995), duas obras se destacam nessa “segunda vertente” e inauguraram o campo da História das Mulheres: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), escrita por Maria Odila Leite da Silva Dias

(1940-) e *Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar (1985)*, de sua própria autoria.

Em *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, Maria Odila estuda as experiências de mulheres "livres, escravas e forras" (Dias, 1995, p. 13), evidenciando como essas personagens desempenharam papéis informais relevantes durante o processo de urbanização de São Paulo. A historiadora reafirma o movimento crítico da História das Mulheres às narrativas anteriores que lateralizavam a agência feminina e as reduziam a personagens sem história, como aponta: "O pressuposto de uma condição feminina, idealidade abstrata e universal, necessariamente a-histórica, empurra as mulheres de qualquer passado para espaços míticos sacralizados, onde exerceriam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história" (Dias, 1995, p. 13).

Desse modo, o objetivo de Maria Odila é trazer à tona a participação feminina na construção social e econômica de São Paulo a partir do tensionamento das normas impostas pela elite. A historiadora destaca a relevância da História Social e do cotidiano para observar as formas de resistência onde a historiografia tradicional costumava enxergar apenas passividade:

> Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o quotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e luta. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia (Dias, 1995, p. 14-15).

Partindo de referenciais como Michel de Certeau (ainda que não tenha aprofundado suas categorias) e, principalmente, E. P. Thompson e Michel Foucault, a historiadora enfatiza a participação ativa de mulheres oprimidas. Essa articulação teórica merece uma advertência, pois a perspectiva de Thompson pressupõe um sujeito histórico centrado na experiência, enquanto Foucault descentra o sujeito ao enfatizá-lo como efeito de relações de saber-poder. Maria Odila resolve essa tensão mobilizando Foucault para analisar os dispositivos disciplinares que recaem sobre as mulheres e Thompson para apreender as agências cotidianas que escapam a esses dispositivos. Essa evidência é dada a partir de exemplos como as tabelas com dados demográficos de 1804 a 1836 em que os "fogos de mulheres sós", ou seja, as residências

chefiadas por mulheres que viviam sem um marido, eram quase metade das casas paulistas (p. 33); ou com os protestos e greves que ocorriam, como no exemplo das padeiras que organizaram paralisações e recusa de fornecimento de pão contra o controle de preços imposto pela Câmara Municipal (p. 70-73).

A análise de Maria Odila aponta também para a experiência das mulheres negras, escravizadas ou forras. Por meio das resistências e do trabalho de ganho urbano, elas acumulavam recursos próprios para comprar a alforria, criavam redes de resistência ao atuarem como curandeiras e líderes religiosas - a exemplo de Mãe D'Aruanda e Mãe Conga (p. 162) – e promoviam contestações jurídicas, como a mobilização de quitandeiras forras articulada ao lado de Luís Gama em 1873 (p. 169).

A obra de Maria Odila demonstra que o espaço urbano de São Paulo no século XIX não era apenas um cenário de dominação patriarcal ou da elite, mas um lugar no qual existiam negociações e subversões. Distante de uma visão idealizada das mulheres, a historiadora revela como vendedoras ambulantes, lavadeiras, costureiras, padeiras e quitandeiras transformaram o trabalho informal em um campo de ação e de afirmação da autonomia feminina. O cotidiano, nesses termos, permeia a obra da historiadora, pois é pelo enfoque no dia a dia das mulheres que Maria Odila realizou uma leitura crítica dos documentos oficiais e acessou as resistências que a historiografia centrada nos "grandes acontecimentos" deixava passar. Ainda que o conceito de cotidiano não tenha sido teorizado de forma aprofundada, isso marca a própria produção historiográfica da época, que ainda não havia discutido e apresentado uma definição teórica do que seria o cotidiano, como identificado por Fico e Polito (1992, p. 164), visto que "tal noção ainda não conseguiu elaborar-se como um conceito preciso, já que persistem muitas concepções sobre o que seja".

A segunda obra que marca a emergência de produções na História das Mulheres é a de Margareth Rago (1948-) que, em *Do cabaré ao lar: A Utopia da Cidade Disciplinar* (1985), analisa a sociedade e o trabalho durante os anos de 1890 a 1930 no Brasil. A historiadora afirma que a burguesia industrial e o Estado implementam estratégias de vigilância e de doutrinação sobre os trabalhadores e, especialmente, sobre as trabalhadoras - movimentos estes que buscavam redefinir a organização social e familiar (Rago, 1987). Entretanto, Rago

demonstra a existência de uma cultura operária - nos termos de Thompson - e de múltiplas formas de resistência, exemplificadas sobretudo pela ação de anarquistas, que constituem o foco principal de sua análise. Para a historiadora, trazer à tona a agência libertária significa demonstrar como a política e o cotidiano se entrelaçam para além das instituições disciplinares - na perspectiva de Michel Foucault (Rago, 1987).

Desse modo, Thompson e Foucault figuram como horizontes teóricos de partida de sua pesquisa. Margareth Rago reconhece a complementaridade entre os autores para sua investigação, destacando que:

> A análise do poder em sua positividade, como rede de relações que se exerce molecular, ininterrupta e ramificadamente, em todos os domínios da vida social, produzindo individualidades, adestrando os gestos, elevando a rentabilidade do trabalho — como aponta Michel Foucault —, abre toda uma perspectiva metodológica que permite repensar a atuação dos anarquistas a partir de outros parâmetros. Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas "não-organizadas" do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários (Rago, 1987, p. 14).

Cabe sublinhar que essa articulação entre Thompson e Foucault, embora produtiva, não é isenta de tensões. Como já observado em relação a Dias (1984), os dois autores partem de concepções distintas do sujeito. Rago não busca conciliar as propostas dos dois autores, mas mobiliza cada um para aquilo que ele oferece de mais produtivo: Foucault para analisar os dispositivos disciplinares que incidem sobre os corpos, Thompson para recuperar a experiência e a cultura dos grupos de trabalhadoras e trabalhadores.

Esse movimento reflete como a História das Mulheres incorporou teorias capazes de renovar a compreensão das relações de poder no Brasil - especialmente acerca da questão feminina. A autora descreve como o corpo e a vida das mulheres foram alvos de um projeto disciplinar partindo do esforço conjunto de médicos e higienistas para retirar a mulher dos espaços públicos e confiná-la ao ambiente doméstico, atribuindo-lhe a função de dona do lar e mãe (Rago, 1987). Contudo, Rago destaca a resistência feminina e a luta por direitos como o divórcio e o amor livre, reiterando o anarquismo como uma das poucas

propostas da época que enxergava a mulher para além do “modelo burguês da esposa-mãe-dona-de-casa, vigilante, assexuada e ordeira” (p. 102). Autoras como Maria Lacerda de Moura, Izabel Cerruti e Josefina S. Bertacchi são mencionadas a partir da análise de seus escritos em periódicos libertários, nos quais, para tensionar o “ideal feminino”, contestavam a imagem da mulher passiva. Assim, a obra de Margareth Rago evidencia que o projeto de disciplinarização da sociedade e das mulheres brasileiras não se deu sem atritos ou de forma absoluta.

As obras de Dias (1984) e Rago (1987) foram seguidas por uma produção em História das Mulheres que cresceu durante a segunda metade dos anos 1980 e consolidou-se nos anos 1990 a partir de obras como: (1) *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, de Martha Abreu (2024 - original de 1989), que teve os processos de crimes sexuais como fontes de sua pesquisa, nas quais investigou as normas e hierarquias comportamentais que reproduziram desigualdades; (2) *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão* de Maria Lucia de Barros Mott (1988); (3) *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)* de Rachel Soihet (1989); e (4) *O Diabo e a Terra de Santa Cruz* de Laura de Mello e Souza que, ainda que não seja voltada apenas para a História das Mulheres, abordou, no âmbito da História das Mentalidades, as feiticeiras.

Não é nosso objetivo fazer uma catalogação das obras da História das Mulheres no Brasil. Porém, cabe observar que, embora tragam diferentes enfoques, essas primeiras produções compartilham características, especialmente no que tange à centralidade da agência feminina:

> Em todos eles, registra-se uma forte preocupação em resgatar a presença de mulheres pobres e marginalizadas, trabalhadoras ou não, como agentes da transformação, em mostrar como foram capazes de questionar, na prática, as inúmeras mitologias misóginas elaboradas pelos homens de ciência para justificar sua inferioridade intelectual, mental e física em relação aos homens e sua exclusão da esfera dos negócios e da política. Além disso, estes estudos estiveram voltados para fazer emergir um universo feminino próprio, diferente, mas não inferior, do mundo masculino e regido por outra lógica e racionalidade. Todas estas historiadoras revelam uma aguda percepção do feminino e trazem enorme contribuição para a desconstrução das imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso (Rago, 1995, p. 83).

Esse movimento de emergência temática não se restringiu às obras individuais. Em 1989, a Revista Brasileira de História lançou um volume dedicado aos estudos sobre as mulheres, intitulado *A mulher no espaço público* (Soihet & Pedro, 2007). A publicação desse dossiê indica que as pesquisas sobre mulheres, além de emergirem na historiografia brasileira como um campo próprio, também conquistaram reconhecimento institucional e suscitaram a busca por esses estudos, consolidando uma circulação e um debate acadêmico relacionado ao campo.

A inauguração do campo não se deu afastada das características gerais da historiografia brasileira do período. Como já mencionado, cerca de 85% das teses e dissertações defendidas nos anos 1980 tratavam de História do Brasil (Fico & Polito, 1992). As obras fundadoras da História das Mulheres não foram exceção pois debruçaram-se sobre a realidade nacional, articulando os referenciais teóricos internacionais às especificidades brasileiras. Já no aspecto narrativo e teórico, as obras da História das Mulheres fizeram parte da introdução de novas temáticas (corpo, cotidiano, sexualidade, feitiçaria), utilizaram autores e conceitos que se firmavam na escrita histórica e novos métodos, como o uso de documentação judicial e da História das Mentalidades.

Os textos mencionados até aqui, que trazem a mulher como personagem da história, pavimentaram o caminho para que as produções em História das Mulheres apresentassem, nas décadas seguintes, maior continuidade e, principalmente, aprofundamentos teóricos. Se a década de 1980 foi o momento da inauguração temática, em que as obras fundadoras combinaram Thompson e Foucault para apreender a agência cotidiana e os dispositivos disciplinares que recaíam sobre as mulheres, foi nos anos 1990 que o campo conquistou novas perspectivas teóricas e conceituais a partir da tradução e recepção do texto de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (original de 1986 - traduzido no Brasil em 1990 e republicado em 1995).

O posicionamento crítico de Scott em relação à História Social - expresso, sobretudo, em sua crítica à formulação unificadora de experiência em Thompson (Scott, 1998) - encontrou no pós-estruturalismo e em referências como Foucault e Derrida os aportes para conferir maior rigor epistemológico à história das mulheres. Scott (1995) critica o uso de gênero como sinônimo de mulheres ou

apenas como uma forma de obter legitimidade acadêmica; a historiadora propõe que gênero deve ser compreendido como uma forma de organização das relações sociais que produz as próprias categorias de feminino e masculino nas análises históricas, sempre balizado pelas relações de poder e pelo significado atribuído a essas relações.

O texto de Scott (1995) é de grande relevância para o campo pois abriu diferentes possibilidades para o uso da categoria de gênero na análise histórica, seja em pesquisas como a de Rachel Soihet que aborda como a categoria de gênero e o anti-feminismo se relacionam e de Durval Muniz de Albuquerque Jr que aborda a masculinidade (Soihet & Pedro, 2007); nas propostas acerca do uso de gênero para uma análise da história da historiografia renovada (Epple, 2023; Varella, 2023); ou nas discussões que criticam certas formulações de Scott, como feito por Louise Tilly e Eleni Varikas, por exemplo, que afirmam que o pós-estruturalismo da análise da historiadora poderia resultar em uma visão determinista da história, na qual as mulheres deixariam de aparecer como sujeitos. É o que sintetiza Soihet (1998, p. 79):

> Louise Tilly contrapõe-se a tal postura, com o que concorda Eleni Varikas, ao afirmar que a vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos da história contribuiu para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres. E, para muitas, este encontro teve lugar no terreno da história social, do que resultaram análises notáveis de relações entre gênero e classes sociais. Também, Tilly e Varikas manifestam seu ceticismo quanto ao potencial de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo para elaborar uma visão não determinista da história e uma visão das mulheres como sujeitos da história. Critica, porém, Varikas as restrições de Tilly ao que denomina “uso mais literário e filosófico do gênero”, atentando para a importância de se refletir com mais precisão, acerca da influência do paradigma lingüístico sobre a história das mulheres. Acentua Varikas a importância das abordagens no âmbito da história das idéias e das mentalidades, que concederam um lugar privilegiado para a análise das representações, dos discursos normativos, do imaginário coletivo; as quais chamaram a atenção para o caráter histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as mulheres puderam re-interpretar e re-elaborar suas significações.

Outras discussões da historiografia apontaram para a existência de limites na abordagem pós-estruturalista de forma geral pois, ao enfatizar a linguagem como dimensão constitutiva das relações sociais, corre-se o risco de reduzir a experiência histórica a um efeito do discurso, afirmando certa impossibilidade de resistência - risco apontado, entre outros, por François Dosse (1992) e Michel de

Certeau (2012). Ora, como bem observa Certeau, “uma sociedade não pode ser um sistema a não ser sem sabê-lo” (2012, p. 117); ou seja, há sempre brechas e táticas cotidianas que escapam à norma e à linguagem, havendo possibilidades de resistências e agência do sujeito histórico. Para Rachel Soihet (1998, p. 80), a partir do modelo de análise proposto por Scott, “alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis”. Nesse sentido, a autora reafirma a necessidade de se levar em conta o referencial que possibilita o estudo das resistências cotidianas femininas:

> Historiadoras, como as já citadas Michelle Perrot, Natalie Davis, Arlette Farge, Maria Odila da Silva Dias, eu própria, têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina. Acreditam que a abertura dos historiadores para os papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para a obtenção de pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade, que no processo relacional complexo e contraditório com os homens têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história (Soihet, 1998, p. 83).

O que se observa, portanto, não é a substituição de um paradigma por outro, mas a constituição de um campo – assim como da historiografia como um todo - entre a experiência e a linguagem. Se as obras fundadoras já operam uma combinação entre Thompson e Foucault na década de 1980, a chegada de Scott nas discussões não conduziu a um abandono do referencial da experiência e do cotidiano, e sim uma possibilidade de sua negociação com a categoria de gênero.

Marcada por usos e não-usos de teorias e categorias, por escolhas e recusas teóricas (Soihet, 1998), a História das Mulheres consolidou-se como campo por meio dessa pluralidade. Tais posicionamentos e controvérsias são características que fomentam posicionamentos críticos e fazem parte da própria condição de existência da produção de conhecimento. No caso da História das Mulheres, essa pluralidade permanece voltada para um objeto comum: a atuação das mulheres na história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos compreender como a História das Mulheres emergiu e se consolidou na historiografia brasileira entre as décadas de 1970 e 1990. Retomando os fatores elencados por Perrot (2019), podemos afirmar que, no Brasil, os três elementos - políticos, sociológicos e científico-historiográficos - coexistiram e se entrelaçaram: a práxis feminista em tempos de ditadura forneceu o impulso político; a crescente inserção feminina no ensino superior criou a base sociológica; e as novas perspectivas historiográficas dos anos 1970-1980, com a História Social inglesa, a recepção de Foucault e a abertura a novos temas, constituíram o limiar científico. Longe de constituir uma simples adição temática ou uma concessão analítica, o surgimento do campo esteve entrelaçado às transformações sociais, às lutas políticas e aos debates que atravessaram o próprio campo historiográfico nacional.

Foi nesse cenário que as obras que inauguraram oficialmente a História das Mulheres nos anos 1980 - com destaque para Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Margareth Rago (1985) - pavimentaram o caminho para que, na década seguinte, a apropriação da categoria gênero (Scott, 1995) proporcionasse novas discussões conceituais e teóricas ao campo e em suas produções; longe de esgotar-se na década de 1990, a História das Mulheres permanece como um espaço de problematização do sujeito, da experiência e das categorias com que a historiografia opera.

Por fim, o percurso histórico examinado revela a atualidade desse debate. Em um cenário contemporâneo no qual direitos conquistados e a própria relevância do feminismo continuam a ser questionados, a História das Mulheres reafirma sua urgência. Ela atua não apenas como campo epistemológico focado na recuperação da memória e na renovação da escrita da história, mas também como instrumento de reflexão crítica e resistência social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano:* 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015. DOI: 10.15848/hh.v0i17.741. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741. Acesso em: 12 out. 2026.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOSSE, François. *A História em Migalhas:* dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

EPPLE, Angelika. Gênero e a Espécie da História. In: Malerba, Jurandir (org.). *A história escrita*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2023. pp. 317-340.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP. 1992.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LERNER, Gerda. *A criação da consciência feminista*. São Paulo: Cultrix, 2022.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado.* São Paulo: Cultrix, 2019.

MOTT. Maria Lucia de Barros. *Submissão e resistência*: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OPSIS*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 316–329, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.34189. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/34189. Acesso em: 12 out. 2026.

PEDRO, J. M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 249–272, dez. 2006.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres e ditaduras. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero e ditadura no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 115-128.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n.11, julho de 1999. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6543. Acesso em: 12 out. 2026.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930. 2aed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 1969.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 12 out. 2026.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. pp. 65-98.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, 1998, pp. 77-87. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634464. Acesso em: 12 out. 2026.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, p. 281–300, dez. 2007.

SOUSA, Francisco Gouvea de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, Porto Alegre, RS, v. 24, n. 46, p. 159-181, 2017. DOI: 10.22456/1983-201X.74972. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74972. Acesso em: 11 out. 2026.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARELLA, Flávia. Por uma história da historiografia renovada pela perspectiva de gênero. In: Malerba, Jurandir (org.). *A história escrita*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2023. pp. 341-351